

INSTITUIÇÕES, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL:
AS TEORIAS MODERNAS E A DE RAYMUNDO FAORO

Prof. Dr. Joilson Dias*
Universidade Estadual de Maringá
Departamento de Economia
Av. Colombo, 5790
Bloco C-34 Sala-237
Maringá – PR 87020-900
jdias@uem.br

ÁREA TEMÁTICA:

11 – DESENVOLVIMENTO E SOCIOLOGIA

* O autor agradece imensamente o apoio financeiro recebido do IPEA/CAPES através do projeto Cátedras para o Desenvolvimento: Raymundo Faoro.

INSTITUIÇÕES, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: AS TEORIAS MODERNAS E A DE RAYMUNDO FAORO

Resumo

As teorias que estabelecem o papel fundamental exercido pelas instituições no crescimento e desenvolvimento dos países são apresentadas e comparadas à teoria proposta de instituições vigentes no Brasil por Raymundo Faoro. A tese de “estamento burocrático” do autor é interpretada à luz das teorias reconhecidas e fatos históricos que suportam esta. As teorias das instituições preconizam que a qualidade das instituições está em reconhecer a indissolubilidade entre os poderes *de facto* e *de juri*, que formam as instituições que comandam a economia, e a distribuição do resultado econômico entre os cidadãos, bem como a necessidade de um sistema de acumulação de capital humano amplo e voltado para o mercado. A estabilidade institucional de longo prazo requer equilíbrio entre estes elementos e é alcançada somente com o aumento na relação pessoas educadas e não educadas no tempo. Assim, a principal conclusão é de que a teoria do “estamento burocrático”, prevalente na história da economia brasileira, gera instabilidade dos poderes institucionais devido a distribuição dos ganhos ser perversa e o controle exercido por esta no acesso à educação. Estes elementos explicam o baixo grau de desenvolvimento econômico histórico do Brasil. Em síntese, a teoria de Raymundo Faoro parece revelar os principais elementos que restringem o crescimento e desenvolvimento econômico histórico do Brasil.

Palavras Chaves: Instituições, desenvolvimento econômico, Raymundo Faoro, teoria do estamento burocrático.

Abstract

The theories that establishes institutions as the fundamental cause of economic growth and development are reviewed and compared to the one proposed by Raymundo Faoro. The “estamento burocrático - bureaucratic standing” thesis proposed by Raymundo Faoro is then compared to historical facts and the established theories. The established institutions theories posit that the equilibrium among *de fact* and *de juri* poweres were indissoluble to the economic distribution prevalent in the economy. According to the theories, the maintenance of this equilibrium also requires to put together an educational system that accumulates knowledge for the market and not only for the institutions in *de jure* and *de fact* poweres. The combination of the three elements guarantees long run institutional stability. Therefore, reforming just the institutions without an educational system does not guarantee institution stability over the long run. Thus, the main conclusion is that the “estamento burocrático” theory generates institutional instability in *de facto* and *de juri* poweres because of the imposed economic distributional aspects. Moreover, it also causes constraint to the knowledge accumulation. In sum, the Raymundo Faoro theory seems to explain the main causes of Brazilian underdevelopment.

Key words: Institutions, economic development, Raymundo Faoro, Standing burocratic theory.

Agosto de 2011

1.0 Introdução

O estudo do papel das instituições no crescimento e, em especial, no desenvolvimento econômico é destaque na fronteira do debate econômico atual. Para entender este debate se faz necessário entender porque as teorias que preconizam a acumulação de insumos produtivos não explicam completamente os níveis de crescimento e desenvolvimento econômico dos países.

Os modelos de crescimento econômico que estabelecem a importância dos insumo produtivos propostos por Solow (1956), Lucas (1988) e Romer (1990) enfatizam o papel preponderante dos insumos produtivos na economia. No caso de Solow, o papel da acumulação do capital físico (K) é o destaque, enquanto que Lucas demonstra o papel do capital humano (H) e Romer o da tecnologia (A). Estes três insumos determinariam o tamanho do produto da economia (Y), ou seja, $Y=AF(K,H)$. Portanto, políticas de acumulação dos mesmos trariam como resultados maiores níveis de crescimento econômico no longo prazo e, portanto, maior grau de desenvolvimento econômico. Sendo que, maior nível de capital físico aumenta a produtividade do capital humano, enquanto que maior nível de capital humano faz o mesmo com relação ao capital físico. O nível de tecnologia aumenta a produtividade de ambos os fatores. Em síntese, políticas de acumulação dos insumos produtivos são mais do que justificadas para se obter maior nível de crescimento e desenvolvimento econômico no tempo.

A pergunta em aberto é porque as políticas econômicas que enfatizam a acumulação destes insumos produtivos estão presentes em economias desenvolvidas, mas não fortemente em economias em desenvolvimento ou menos desenvolvidas. Este paradoxo foi reportado recentemente por Horowitz (1999) e Psacharopoulos & Patrinos (2004). Segundo estes autores as taxas de retorno para cada ano adicional de educação em países menos desenvolvidos são em muito superior a de países desenvolvidos.

É como olharmos para a história destas economias e não observarmos a prática destas políticas de acumulação destes insumo produtivos. Portanto, a busca para explicar o porque do não investimento em insumos produtivos levou os cientistas a indagar a existência de um fator que sobrepõem os incentivos para acumulação presentes nos mercados.

O fator que sobreporia o papel da acumulação dos insumos produtivos seriam as instituições existentes nos países. Assim, as instituições tornaram-se o foco de várias pesquisas, ou seja, deixaram de ter um papel coadjuvante para assumir o papel causador. As instituições neste novo papel são determinantes do nível dos insumos produtivos na economia e, portanto, do grau de desenvolvimento da economia. Esta literatura usa basicamente duas metodologias para demonstrar este papel preponderante das instituições:

- i) Fatos históricos; e
- ii) Técnicas econométricas.

É interessante notar que estas teses surgiram de certa forma vinculadas aos aspectos históricos dos países. Para entender este vínculo vamos resgatar a teoria proposta por Adam Smith para as colônias da América, cuja abordagem se assemelha à de Raymundo Faoro para o Brasil.

Em a Riqueza das Nações de 1776, Adam Smith expõe sua teoria para a diferença no papel da colonização das Américas:

“Os colonizadores levam consigo um conhecimento da agricultura e de outros ofícios úteis, superior àquele que pode desenvolver-se espontaneamente entre nações selvagens e bárbaras, no decurso de muitos séculos. Além disso, levam consigo o hábito da subordinação, alguma noção sobre o governo regular existente em seu país de origem, sobre o sistema de leis que lhe dá sustentação e sobre uma administração regular da justiça e, naturalmente, implantam algo do mesmo tipo na colônia.” Adam Smith (1983, Volume II, p. 56).

Esta teoria possui dois aspectos importantes: i) o capital humano dos colonizadores eram superior e, portanto, as colônias que receberam mais imigrantes Europeus acabavam iniciando em um patamar mais elevado seu desenvolvimento econômico; ii) as instituições que eles trouxeram estabeleciam subordinação, noção de governo e um sistema de leis e justiça herdadas da pátria mãe.

Esta herança institucional e demais teses, que apresentaremos a seguir na revisão de literatura, parece explicar o desenvolvimento econômico histórico dos países. Estas teses serão utilizadas para interpretar a tese de “estamento burocrático”¹ proposta por Raymundo Faoro e, assim, podermos melhor compreender o desenvolvimento econômico do Brasil ao longo da sua história. Tese esta que veremos na seção que se segue à das teorias que preconizam o papel importante das instituições.

Portanto, este artigo se propõe a comparar estas teses sobre o desenvolvimento econômico dos países comumente aceita na literatura econômica com as de Raymundo Faoro para o Brasil.

2.0) Revisão de literatura: O Papel das Instituições

É importante enfatizarmos que o papel das instituições sempre esteve presente de alguma forma na literatura econômica, ainda que não recebendo a mesma importância da atualidade. Por exemplo, Wolf Jr. (1955) deixou claro que em alguns países a baixa quantidade de capital físico, humano e de tecnologia estava associado à qualidade das instituições denominada pelo autor de “right institutions”. Na sua concepção a qualidade das instituições em conjunto com os insumos produtivos determinariam o grau de desenvolvimento econômico. Assim, instituições e insumos produtivos possuíam papéis iguais no estabelecimento do desenvolvimento histórico dos países.

¹ Derivado da palavra alemã “stand” que significa *social standing, standing position e rank*.

A demonstração da tese do papel preponderante das instituições em autores mais recentes estão associadas ao desenvolvimento das Américas. Assim, o continente foi dividido em dois grupos: i) América do Norte que exclui o México; e ii) América Latina que inclui o México. A compreensão do desenvolvimento destas colônias tornou-se crucial para compreender o desenvolvimento econômico dos países.

O primeiro fato a ser explicado seria a questão da reversão do grau de desenvolvimento econômico dos dois grupos de países acima mencionados. Engerman e Sokoloff (1997, 2002) apresentam fatos históricos da época e uma teoria muito interessante para explicar o reverso da fortuna entre os dois grupos de países. Segundo os autores entre 1500 e 1700 os países latinos americanos eram muito mais ricos que EUA e Canadá. Por exemplo, Cuba e Barbados tinham renda per capita superior em 50% e 67% dos EUA e Canadá. Mesmo em 1800 quando os EUA ultrapassaram a maioria das economias latinas, a sua renda per capita era inferior a dos países do Caribe e Haiti. Portanto, as explicações teóricas devem concentrar em explicar o que ocorreu para este reverso no desenvolvimento econômico e, por extensão, na riqueza destas nações.

A primeira explicação proposta foi efetuada por Engerman e Sokoloff (1997). Esta explicação baseia-se na forma da apropriação do produto marginal dos trabalhadores nas Américas. O produto marginal do trabalho era elevado nas Américas comparado o da Europa, o que atraiu investidores Europeus. Os imigrantes Europeus que investiram na América do Norte, excluindo México, eram imigrantes e o fizeram *in loco* utilizando seu próprio trabalho como forma de produção. Já os Europeus que investiram na América Latina utilizaram-se como forma de principal de produção escravos.² As implicações destes fatos, segundo Engerman e Sokoloff (1997), eram de duas naturezas:

- 1) O produto marginal dos trabalhadores escravos na América Latina eram enviadas à Europa, especialmente para Portugal e Espanha, fomentando o mercado daqueles países;
- 2) Na América do Norte, EUA e Canadá, o produto marginal era apropriado pelos imigrantes Europeus, portanto, fomentando o mercado local.

Esta diferença entre mercado iniciais gerou mais tarde o reverso do desenvolvimento das economias, com o esgotamento das riquezas naturais locais. Esta explicação, conjuntamente com os fatos anteriores reforça a hipótese de que a imigração Europeia seria importante para explicar o desempenho econômico histórico dos países, inclusive para o salto no desenvolvimento econômico do início do século da Argentina e do Chile em relação aos demais países Latinos.

Portanto, à tese inicial de maior capital humano e instituições se soma a de mercado local. Mas, devido a estes fatos, a pergunta muda de direção e torna-se a seguinte: porque houve

² Segundo os autores até 1900 somente 20% da América Latina era Europeu e, somente, no final do século que os Europeus tornaram-se predominantes na Argentina e Chile. Enquanto que nos EUA, o censo de 1790, segundo Cubberley (1920), apresenta que 91,8% da população nos EUA eram Inglesa e 5,6% de origem Alemã.

a imigração Europeia inicial mais forte para os países do Norte, EUA e Canadá, e menos para os países Latinos.

Uma nova teoria emergiu associando as condições climáticas às condições de saúde dos imigrantes. Esta teoria foi colocado por Sachs (2000, 2001) e Acemoglu et ali (2001). O maior semelhança entre o clima Europeu e o prevalente nos EUA e Canadá o tornava mais apto para a sobrevivência dos imigrantes Europeus. Enquanto que, no clima tropical, as doenças associadas ao mesmo não era inteiramente dominados pelos imigrantes. Assim, o sistema de expropriação seria mais condizente para a América Latina. Dados de mortalidade dos imigrantes nas colonias corroboraram econometricamente com esta hipótese inicial. No entanto, esta teoria não explicava o reverso da fortuna ocorrido entre as economias, pelo contrário demonstraria que o estado inicial da América do Norte sempre ensejaria esta possuir maior grau de desenvolvimento econômico desde o início.

A busca por uma explicação mais consistente prevaleceu e Acemoglu et ali (2002) apresentou dados e aspectos que explicariam o reverso da fortuna. Segundo estes autores, os imigrantes escolheram imigrar para áreas menos densamente povoadas, ou seja, EUA e Canadá, ou seja, de menor risco. A interpretação da teoria do autor seria a seguinte: a ocupação ordenada trouxe instituições iniciais que ao longo do tempo fez com que insumos produtivos se tornassem mais importante que as riquezas naturais de expropriação. Assim, o reverso da fortuna estaria contemplado. Esta hipótese é desenvolvida posteriormente por Acemoglu et ali (2003, 2005) para explicar o chamado “*caminho do desenvolvimento histórico dos países*”.³ Segundo os autores, a volatilidade econômica atual, instabilidade política, qualidade da política macroeconômica, etc, estariam de alguma forma ligada às instituições iniciais. A pergunta é quais seriam estas instituições? Segundo os autores as instituições que garantiam “*o direito de propriedade*”. Ou seja, nas colonias da América Latina não existiam instituições capazes de valer o direito de propriedade e, portanto, não atraiu com a mesma intensidade inicial os imigrantes Europeus.

A resposta proposta pelos autores assevera que as colônias receberam inicialmente instituições com diferentes qualidades. A pergunta torna-se a seguinte: porque estas instituições diferiam entre si inicialmente e continuam a diferir? As explicações são de duas naturezas:

- i) Se as instituições das colônias refletiam as da pátria mãe, então o que aconteceu nas colônias estava associado exatamente a diferenciação no grau de desenvolvimento histórico das economias Europeias entre si. Mais especificamente, a explicação para o desenvolvimento das colônias remetia ao desenvolvimento histórico das economias Europeias.

³ Historical *growth development path*.

ii) Se as instituições iniciais eram aproximadamente idênticas entre as colônias, então o desenvolvimento posterior destas instituições levou ao reverso da fortuna.

As teorias que explicam o item (i) podem ser denominadas de teorias incidentais, nos quais as colônias são o que são devido ao desenvolvimento econômico em curso nas economias que as controlavam. Entre as teorias vamos destacar as principais correntes teóricas:

i) Origem Legal. Esta teoria proposta por Moore (1966) tornou-se popular no trabalho de Glaeser e Shleifer (2002). Os países latinos tem como origem o sistema legal baseado no código Napoleônico e, portanto, diferente do código da Lei dos Comuns presente nas economias não Latinas. Esta diferença teria emergido no período medieval para estabelecer o poder entre reis e lordes e, assim, teriam permanecidos até o presente nas colônias.

ii) A do conflito social. As instituições políticas não são sempre escolhas sociais, mas de um grupo dentro da sociedade que as controla. Esta teoria foi sistematizada por North (1981). Onde os agentes que controlam o estado possuem interesses próprios. Isto equivale a dizer que os objetivos das pessoas engajadas no setor público seriam a de maximizar seus próprios ganhos e não os da sociedade. Portanto, uma teoria muito parecida com a do “estamento burocrático”. Por exemplo, de acordo com Brenner (1976, 1982) o feudalismo seria um grupo de pessoas que controlava o poder do estado para extrair renda dos demais membros da sociedade.

iii) A do Teorema de Coase.⁴ Uma interpretação histórica do Teorema de Coase feita por North e Thomas (1973) equivaleria a dizer que existe um sistema de trocas eficientes entre os grupos econômicos na história. Ou seja, o feudalismo era um sistema de troca justa porque os senhores providenciava aos demais em troca de seu trabalho o bem público que era a segurança.

As teorias que desconsideram a diferença das instituições iniciais e colocam a importância do desenvolvimento das instituições ao longo da história das economias, tem como fundamento o seguinte: as instituições são reflexos da escolha das pessoas e, portanto, se alteram no tempo, conforme alterações nos poderes estabelecidos pela sociedade. Estas teorias podem ser resumidas em três grandes grupos:

i) Mudanças democráticas. Engerman e Sokoloff (2005) encontraram evidência que explicam as diferenças nas regras do sufrágio para escolha de governo entre os países das Américas durante sua história. O sufrágio evoluiu ao longo do tempo nas Américas de forma diferenciada. Estas regras evoluíram de forma mais intensa e benéfica em termos econômicos nos EUA e Canadá, ou seja, o sistema democrático produziu instituições mais eficientes em termos de geração de crescimento e desenvolvimento econômico ao

⁴ Coase (1960).

longo do tempo, quando comparadas aos demais países. O exemplo desta maior eficiência institucional, segundo Khan e Sokoloff (2006) é a lei de propriedade intelectual. De acordo com os autores, entre 1790 e 1930 os EUA cresceram de forma contínua passando todas as economias Latinas das Américas em termos de produto per capita devido a esta lei. Em 1930, segundo os autores, 30% das inovações já eram feitas por pessoas com alta qualificação. Portanto, um forte indício de existência de instituições que fomentavam a acumulação de capital humano e desenvolvimento tecnológico.

- ii) Eficiência e distribuição econômica. O sistema institucional puramente eficiente pressupõe que todos ganham ao adotar políticas que maximizam o ganho social. Neste caso, a distribuição dos ganhos econômicos é perfeita. No outro extremo está a eficiência em prol de uma única família, no caso de reinados. Nos demais sistemas a distribuição dos ganhos econômicos oscila entre beneficiar um grupo ou vários grupos dentro da sociedade. Segundo a teoria proposta por Acemoglu et ali (2005, Seção 8), a sistema institucional somente é estável se combina as duas premissas de eficiência e a distribuição dos ganhos econômicos que são inseparáveis e, somente, a atuação de forma equilibrada consegue-se manter ao longo do tempo instituições estáveis. Em resumo, as alterações institucionais nas histórias dos países, em especial as mudanças de regimes, se deve a falta de equilíbrio entre eficiência e distribuição dos ganhos econômicos. Acemoglu et ali (2005, Seção 7) demonstra que o conflito sobre a atuação das instituições no aspecto econômico é crucial para o funcionamento da economia. Assim, os conflitos na história das economias não são devidos a ideologias, instituições incidentais, poder político, etc, mas devido a problemas de distribuição econômica derivadas dos poderes das instituições. A teoria de Acemoglu et ali (2005, Seção 8) reconhece ainda a existência de dois poderes na economia: a) as instituições políticas que possuem o poder *de jure* - poder legal; e as as que possuem o b) poder *de facto* detido por um grupo de pessoas capazes de influenciar as demais instituições. A combinação destes dois poderes é que determinam se as instituições são mais ou menos eficientes e estáveis ao longo do tempo. O importante é que o grupo de pessoas que possuem o *poder de facto* estão envolvidas em controlar as instituições econômicas e, por conseguinte, o processo distributivo na economia. O autor ilustra vários exemplos desta teoria em prática e a sua capacidade de explicar dois importantes fatos que geraram alterações no padrão de desenvolvimento econômico da sociedade moderna: i) O surgimento da monarquia constitucional e o crescimento econômico na Europa moderna; ii) O surgimento da democracia eleitoral de massa na Inglaterra que é uma descrição representativa do surgimento da democracia em vários países da Europa, ou seja, divisão do poder e da distribuição econômica através da democracia.

Estas teorias apesar de fundamentadas historicamente não possuem fundamentos microeconômicos que relaciona o papel das instituições e a acumulação de insumos produtivos.

Dias e Tebaldi (2011) propôs uma nova teoria construída a partir de fundamentos microeconômicos que relaciona instituições e acumulação de insumos produtivos. O principal resultado é que as instituições estruturais que fomentam o desenvolvimento da economia está intimamente ligadas a proporção de pessoas educadas e não-educadas no tempo. Ou seja, as instituições criam as condições iniciais da economia, o sistema educacional e fomentam ou não o processo de acumulação de capital humano. Mas após as condições iniciais é o processo de acumulação ao longo do tempo, a proporção maior de pessoas educadas, que alteram as instituições e seu papel distributivo. Se não houver acumulação de capital humano as instituições ruins tendem a prevalecer como determinantes do desenvolvimento econômico no tempo. Nestes casos, as instabilidades serão inerentes às mesmas. Em suma, as instituições estruturais estão intimamente ligadas a relação pessoas educadas não-educadas no tempo.

No entanto, se a proporção educados não educados for pequena, o predomínio é das instituições e estas podem não executar o objetivo mor das sociedades que a melhoria de seus ganhos econômicos coletivos no tempo. Assim, o efeito a posterior do capital humano sobre a estrutura das instituições não ocorreria. Neste caso, a teoria de Dias e Tebaldi (2011) explica a diferença entre instituições nas colônias e seu importante papel inicial e o reverso da fortuna. Mas, contrário à teoria do papel incidental, a história do desenvolvimento da economia não está associada a sua condição inicial e nem ao seu passado, mas sim à evolução *pari passu* entre instituições e o seu sistema educacional. Porque esta ligação? De acordo com esta teoria, a gerência das instituições e do mercado dependem de capital humano. As instituições e os mercados serão mais eficientes ou tornarão mais eficientes e preocupadas com aspectos distributivos com o aumento do capital humano no tempo. Os dados econométricos recentes confirmaram esta hipótese de associabilidade, bem como os dados históricos na descrição de Cubberley (1920, p. 308) em duas passagens:

“A organização do sistema educacional nacional na Inglaterra não foi fácil ou simples como em outras terras (Europa) como descrevemos. Em parte devido à ideia estabelecida pela pequena classe dominante de que educação não era responsabilidade do estado; em parte devido ao profundo enraizamento de que educação era uma concepção religiosa e com propósitos religiosos; em parte devido ao fato de que a classe alta no governo controlava o sistema educacional de forma a produzir líderes para a igreja e para o estado; em parte – provavelmente em grande parte – devido ao fato de a evolução do crescimento econômico da Inglaterra, desde a guerra civil de 1642-49) era lenta mas pacífica, apesar desta evolução ser acompanhada por pensamentos e discussões parlamentares vigorosas.”⁵

⁵ Nossa tradução.

Como vemos, as reformas educacionais e institucionais ocorreram de forma interligada na Inglaterra. Esta reforma foi acelerada nas colônias, conforme o mesmo autor (p. 247-8):

“Em 1765, e novamente em 1774, a Declaração dos Direitos foi elaborada e adotada pelas pelos representantes das colônias e enviada ao Rei. Em 1774 o primeiro Congresso Continental se reuniu e formou a união das colônias; Em 1776 as colônias declararam sua independência. Esta independência foi confirmada pelo Tratado de Paris; Em 1787, a constituição dos Estados Unidos foi escrita; E em 1789, o governo Americano se iniciou. No preâmbulo da declaração de independência feita ao Rei consta vinte e sete relatos de opressão e tirania realizadas pelo mesmo, nós encontramos também nesta declaração a afirmação de uma filosofia política que é uma combinação da luta dos Ingleses por liberdade e dos Franceses do século dezoito por reformas filosóficas e demandas revolucionárias. ... A estas demandas constava não somente o desejo pela liberdade religiosa, já conquistada, mas o estabelecimento de uma política comum (nacional), de sistema educacional público. O começo de um novo estado, que motivava educação e fez com que a educação deixasse de ter propósitos meramente religiosos, ...; também foi o começo da emancipação da educação das igrejas e inserida na Constituição Nacional”.⁶

Em resumo, as teorias estabelecem vários aspectos importantes e condizentes com a história da formação econômica dos países, onde se sobressaem os seguintes elementos:

- 1) As instituições são determinantes do processo de crescimento e desenvolvimento econômico;
- 2) Existe uma indissolubilidade entre instituições e o papel distributivo dos ganhos econômicos que é dados pela combinação dos poderes *de facto* e *de juri*;
- 3) Os poderes *de facto* e *de juri* formam a instituição estrutural econômica dos países;
- 4) As alterações na instituição estrutural é determinada posteriormente pela razão pessoas educadas não-educadas.

Em suma, as mudanças e reformas ao longo da história dos países sempre tiveram como objetivo estabelecer instituições estáveis e que resultassem em crescimento e desenvolvimento de longo prazo. Estas mudanças ocorreram com o objetivo de tornar as instituições *de facto* e *de juri* e o processo distributivo econômico mais equitativo e eficiente. Mas, tal estabilidade de longo prazo somente foi alcançada em algumas economias que fomentaram à acumulação de capital humano amplo, ou seja, deve existir um sistema educacional que permite produzir pessoas educadas para as instituições e para o mercado, amplo acesso. É esta acumulação de capital humano no longo prazo que vai melhorar no tempo a eficiência das instituições e o

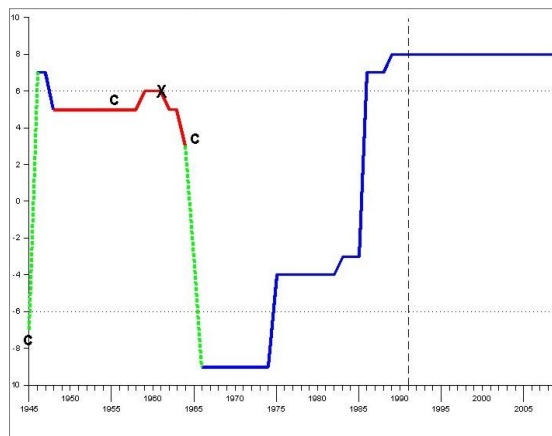
⁶ Nossa tradução.

processo produtivo e distributivo nas economias e, assim, gerar estabilidade de crescimento econômico.

3.0) A Teoria Institucional de Raymundo Faoro

É importante entender o Brasil do ponto de vista de estabilidade das suas instituições democráticas antes de apresentarmos a teoria de Raymundo Faoro. O Center for Systemic Peace⁷ estabeleceu para os países um indicador denominado de Polity Index. Este índice estabelece uma faixa de medida da qualidade das instituições democráticas para os países entre -10 (muito ruim) e 10 (excelente) desde 1800. A primeira medida do Brasil aparece como sendo a do ano de 1824, cujo índice foi de -6, portanto, indicando que naquele período as instituições democráticas eram de péssima qualidade. A evolução mais recente do Brasil está no gráfico a seguir.

Figura 1: Índice da Qualidade das Instituições Democráticas



De acordo com o gráfico entre 1900 e 1965, o índice de qualidade das instituições democráticas brasileiras caiu de 6 para -9. A partir da década de 70 este índice vem melhorando. Atualmente se encontra nivelado em um patamar considerado bom, com o índice equivalente a 8, portanto, próximo da máxima.

Esta alternância e baixa qualidade das instituições no tempo do Brasil é explicado por Faoro (1957) como advinda do “estamento burocrático”. A tese, a ser abordada, de Raymundo Faoro estabelece a relação direta entre a qualidade das instituições nacionais com as herdadas de Portugal, portanto uma tese incidental que causa os seguintes problemas:

- I) Desenvolvimento Cultural: “A principal consequência cultural do prolongado domínio do patronato do estamento burocrático é a frustração do aparecimento da genuína cultura brasileira” (FAORO, 1958, p. 209);
- II) Desenvolvimento Econômico: “Nossa civilização, que nasceu franzina, talvez não esteja destinada à morte infantil. Não se trata de um caso de civilização frustra, senão de

⁷ Veja <http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>.

uma civilização tolhida no seu crescimento, como se estivesse atacada de paralisia infantil. Seguindo, ainda uma vez, a lição de Toynbee, pode dizer-se que a sociedade brasileira está impedida em sua expansão pela resistência das instituições anacrônicas” (FAORO, 1958, p. 271).

A nossa preocupação é com o item (II) que estabelece claramente a influência das instituições no desenvolvimento econômico do Brasil. O objetivo desta seção é entender porque desta influência e a relação desta com as teorias anteriormente descritas.

3.1) O Surgimento do Estamento Burocrático

Segundo Raymundo Faoro, a forma prevalente de instituições na história de Portugal e Brasil surgiu com a revolução Portuguesa de Avis em 1385. A revolução ocorre em função de eventos que contrariam exatamente as teorias preconizadas anteriormente. De acordo com Faoro (1957, p.47-52) temos que:

- a) Em 1348, a peste leva a perecer 1/3 da população causando escassez mão de obra no campo, como resultado os salários estavam aumentando e as pessoas podiam escolher que função seria mais adequada às suas habilidades;
- b) Em 1349 o Rei Afonso IV expede circular aos concelhos que nomeie dois árbitros em consonância com a burguesia para arrolarem todas as pessoas capazes para o trabalho. As pessoas arroladas seriam obrigadas a trabalhar nas funções que sabiam ou que o concelho demandasse mediante salário imposto.
- c) Na política nacional duas correntes opostas estavam presentes nos concelhos do rei. A primeira e predominante, na qual apoiava nos gastos extravagantes do rei em suas aventuras, ou seja, no sistema patrimonialista. A segunda, que introduzia leis que deveriam favorecer o comércio, a agricultura ou produzir outros benefícios e, principalmente, reprimir a insolência dos poderosos, mas que os desatinos do rei anulava parte destes benefícios.
- d) O último ato foi o Tratado de Salvaterra de Magos de 1383, interpretado pelos portugueses como entrega do reino à tutela ao reino de Castela. A morte em seguida do rei português uniu burgueses e clero em prol da rainha de Castela D. Beatriz.

Este conjunto de eventos colocou em desequilíbrio os poderes *de facto*, *de juri* e acima de tudo alterou o princípio distributivo econômico. Como resultado ocorre o esperado, alterações nas instituições de Portugal. Desaparece o estado patrimonial com a revolução em que ascende ao trono dom João I, Mestre de Avis (1385-1580).⁸ Este novo tipo de governo surge da seguinte forma, Faoro (1957, p. 56-7):

⁸ Filho bastardo de dom Pedro.

- 1) Álvaro Pais, ex-chanceler mor de dom Pedro e dom Fernando e que manobrava os vereadores em Lisboa, fomentou a falsa notícia de que o séquito da rainha de Castela procurava matar o Mestre de Avis;
- 2) Foi deflagrada uma rebelião em Lisboa, onde predominava o tumulto o saque pelo povo miúdo, e que contou com o apoio do campo e dos trabalhadores que tinham seus salários fixados e eram forçados a atividades impostas. Foram poupados somente os comerciantes judeus, mas não a aristocracia, os maiores prejudicados;
- 3) Em dois anos de guerra emerge o Mestre de Avis como Regedor e Defensor do Reino. O reino expande seu poder econômico em três direções: i) doações de terras da aristocracia aos combatentes; ii) privilégios a burguesia comercial; iii) elevação dos letrados legistas. Estas três categorias são projetadas no círculo ministerial e nos concelhos dirigentes formando a nova aristocracia da revolta, o estamento que controlava o governo.

Portanto, o novo equilíbrio institucional ocorreu com o restabelecimento do equilíbrio dos poderes *de facto* e *de juri* através da redistribuição dos ganhos econômicos. Esta nova forma de governo institucionaliza o poder duplo a do rei e dos revolucionários, sendo que o poder dos últimos prevaleciam a do rei em decisões econômicas, portanto, o estamento passou a comandar a economia.

No entanto, a duração da estabilidade requer novos conhecimentos de acordo com as teorias anteriores. Assim, de acordo com Faoro (1957, p.60), a crise da monarquia ente 1383-85 leva a burguesia a perder poder e um novo grupo dominante, a dos juristas, estes donos virtuais do comércio, da riqueza e de planos capazes de demonstrar por toda parte a sombra da sua força, emergem; estes levam o Estado a se aparelhar grau a grau em termos de organização político-administrativa, ou seja, um estado juridicamente pensado e escrito para sobrepor ao mercado. A nova forma de organização político-administrativo leva a formação de novos órgãos do estado que permite a nomeação a cargos e o estabelecimento de privilégios e, portanto, de aumento do poder *de facto*. Segundo Faoro (1957, p. 60) “*Esta corporação de poder se estrutura numa comunidade: o estamento*”.

É interessante colocar a razão para o surgimento e concepção do estamento, Segundo Faoro (1957, pp. 62-63):

- a) “Os estamentos florescem, de modo natural, nas sociedades em que o mercado não domina toda a economia, a sociedade feudal ou patrimonial”;
- b) “O estamento supõe distância social e se esforça pela conquista de vantagens materiais e espirituais exclusivas”;
- c) “As convenções, e não a ordem legal, determinam as sanções para a desqualificação estamental”;

d) O estamento leva “(a)o fechamento da comunidade (que) leva a apropriação de oportunidades econômicas, que desembocam, no ponto extremo, nos monopólios de atividades lucrativas e de cargos públicos”.⁹

Assim, ao longo do tempo, uma nova aristocracia emerge a dos “juristas e burocratas” no comando da coroa e dos órgãos, segundo Faoro (1957, p.65). Os juristas e burocratas formavam uma nova casta, onde os cargos da magistratura superior e da burocracia eram geralmente desempenhados por famílias ligadas entre si por laços de parentescos. Como resultado temos que, Faoro (1957, p. 66):

“O conglomerado de direitos e privilégios, enquistados no estamento, obriga o rei, depois de suscitá-lo e de nele amparar, a lhe sofrer influxo: a ação real se fará por meio de pactos, acordos, negociações. No seu seio haverá a luta permanente na caça do predomínio de uma facção sobre outra; a teia jurídica que envolve não tem o caráter moderno de impessoalidade e generosidade; a troca de benefícios é a base da atividade pública, dissociada em interesses reunidos numa única convergência: o poder e o tesouro do rei.”

Esta forma de governo foi a que projetou no Brasil, como veremos a seguir.

3.2) As Instituições Brasileiras: O estamento burocrático

O Descobrimento do Brasil em 1500, leva a coroa a conceder inicialmente a exploração do pau-brasil mediante monopólio real. A vigilância pública desta concessão obedecia aos interesses do estamento, assim entre 1521-57 dom João III inaugura uma nova forma de exploração mercantil submetendo estas explorações aos tentáculos burocráticos e, por extensão, do estamento.¹⁰ O sistema de capitânicas hereditárias entre 1534-49 cira um novo sistema econômico de fixação da população no Brasil, como resultado os dados de 1550 registraram 15.500 habitantes.¹¹

O objetivo principal das capitânicas era a da exploração do açúcar, cujos preços em 1500 haviam mais que dobrados na Europa e, por volta, de 1545 havia 21 engenhos no Brasil e em 1570 subiu para 61 engenhos, sendo 42 destes em Pernambuco e Bahia.¹² Este objetivo estava claro na outorga ao donatário que somente ele podia fabricar e possuir moendas e engenhos de águas.¹³

⁹ Entre parenteses adicionados pelo autor.

¹⁰ Faoro (1957, pp.125 e 127).

¹¹ Veja em: <http://asnovidades.com.br/2007/populacao-brasileira/>, acesso em 28/07/2011.

¹² Veja em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=325>, acesso 28/07/2011.

¹³ Faoro (1957, p. 131).

Este sistema, no entanto, parece ter lançado o Brasil a um retrocesso em suas instituições segundo alguns autores,¹⁴ pois no século XVII o feudalismo do do século XVI da península ibérica havia se projetado no Brasil segundo alguns historiadores. No entanto, a premissa essencial da política real era de que o estado esquivava-se de colocar seu dinheiro e acenava a particulares, nobres e ricos, a opulência de lucros no Brasil através da exploração de exportáveis a Europa via Lisboa. Esta ação coordenada pelo estamento levou a expansão da propriedade rural brasileira. O rei subordinava as pessoas e o governo dirigia as ações. Portanto, aonde aforava riqueza aí estaria o rei através do seu estamento burocrático, ouro, prata, açúcar, tinham a mesma dignidade, pois atrairiam oficiais públicos que haveriam de transformar senhores em feitores.¹⁵ O mesmo ocorre com a exploração do ouro, ou seja, aonde havia riqueza para lá deslocava a autoridade estamental, em 1710 se constitui a capitania de São Paulo, em 1713 ergue-se a capitania do Rio Grande do Sul, em 1720 Minas Gerais é desmembrada da de São Paulo. Segundo Faoro (1957, p. 191 e 197):

“Em cada seção, o poder armado, fielmente obediente a Lisboa, fazia calar os rebeldes, velava pela parte do rei na exploração mineradora e regia o comércio, arrendando dele os funcionários.

.....

Fazenda, guerra e justiça são as funções dos reis, no século XVI, funções que se expandem e se enleiam no controle e aproveitamento da vida econômica.

.....

O patrimônio do soberano se converte, gradativamente, no Estado, gerido por um estamento, cada vez mais burocrático. No agente público – o agente com investidura e regimento e o agente por delegação – pulsa a centralização, só ela capaz de mobilizar recursos e executar política comercial.”.

Assim, o sistema brasileiro parece ter seguido o mesmo sistema de governo implantado na revolução do Mestre Avis de Portugal. Este estamento burocrático ganha novas diretrizes no século XVII com os aumentos contínuos de pessoal, das pensões e das despesas do governo com juros, estes fatos levaram ao congelamento de salários dos agentes públicos.¹⁶ Isto faz surgir a corrupção. Assim, o cargo público, com fins privados, atrai todas as classes e as mergulha no estamento, os órgãos tornam-se instrumentos usados com fins de conquistas de apoio por parte do soberano. Assim,

¹⁴ Idem (p.153).

¹⁵ Faoro (1957, pp. 156-158).

¹⁶ Faoro (1957, p.199).

*“...dos século XVI a XIX tudo – a economia, as finanças, a administração, a liberdade – está regulado, material e miudamente, pelo poder público, do qual os conselhos serão um ramo, ramo seco ou vivo, conforme as circunstâncias.”*¹⁷

A migração da corte para o Brasil gerou novos impactos na economia brasileira em 1808. Os principais impactos econômicos foram: i) a fundação do Banco do Brasil; ii) a liberdade econômica industrial; iii) melhoramentos urbanos e de transporte; iv) o jardim botânico para experimento de plantas; v) a instituição de ensino superior militar e médico; v) a siderurgia nacional.

No entanto, uma crise econômica emergiu devido ao baixo consumo mantido pela escravidão, a falência do banco do Brasil e da siderurgia e os altos custos das cortes que assomadas ao custo do estamento existente. O maior impacto foi no comércio que era a principal atividade econômica da época. Além disso, a migração desencadeou onda de descontentamento entre a burocracia colonial e a da corte que era favorecida com promoções à fidalguia e aos postos principais.¹⁸ Somados a isto temos que a renda per capita havia caído de 30 libras ouro em 1600 para 3 em 1800.¹⁹

Este conjunto de fatores levaram novamente ao desequilíbrio entre os poderes *de facto* e *de juri* devido aos efeitos sobre a distribuição dos ganhos econômicos. É a primeira vez que surge uma condicionante favorável para o desenvolvimento de longo prazo com estabelecimento mínimo de acumulação de capital humano. O resultado foi novamente mudanças na forma de governo. A independência em 1822 foi o reflexo deste desequilíbrio de poderes e da divisão de ganhos, em especial.

A implantação de mudança estrutural na economia havia se iniciado com a semente das escolas de níveis superiores. No entanto, os bacharéis formandos seriam pré-juiz, pré-promotor, senador e ministro não objetivavam a criação da ordem social e política, mas sim eram filhos legítimos do estado, pois o sistema das escolas superiores era a de gerar letrados necessários à burocracia, regulando a educação de acordo com as exigências sociais.²⁰

Como resultado ocorre profunda transformação econômica no segundo reinado, pós 1822, o estado provê tudo às empresas industriais, mercantis, bancos, operações financeiras, etc, da sua burocracia emanam favores para poucos privilegiados. Segundo Faoro (1957, p. 450):

“O Estado, presente a tudo e que a tudo provê centraliza as molas do movimento econômico e político, criando um país a sua feição, o país oficial.”

No entanto, a estabilidade é dependente da produtividade no campo. A queda da produtividade no campo, em especial no Vale do Paraíba, São Paulo, a abolição dos escravos em

¹⁷ Idem p.203.

¹⁸ Idem p. 292.

¹⁹ Idem p.280.

²⁰ Idem p.446.

1871 fez com que grande parte das fazendas de café se endividassem ainda mais com os pagamentos de salários. Em 1884, a oferta de crédito se torna escassa e a sustentação dos assalariados nas fazendas inviabilizava grande número das mesmas. Em 1890, a execução hipotecária acaba de vez com o elo entre os fazendeiros e a monarquia e com a sustentação do regime em vigor.²¹ Novamente o equilíbrio entre os poderes *de facto* e *de juri* estava rompido pela distribuição dos ganhos econômicos.

Entre os séculos XIX e XX, a valorização da livre concorrência toma forma de liberdade econômica. Descobre-se a política monetária, os liberais vencem e a emissão de moeda deixa de ser monopólio estatal; esta passa a ser vinculada inicialmente a quantidade de títulos públicos, mas não perdura no tempo. A alteração em seguida vinculava a emissão ao valor do capital dos emissores, que foi estendida para até o triplo do valor do capital.²² Os Bancos podiam assim conceder créditos a qualquer empresário que buscassem o mesmo. Estes créditos, concedidos sem qualquer sustentação econômica de aumento de produção e/ou investimentos na maioria as vezes, ou seja, nem sempre usados em prol da empresa, levou a que inúmeras empresas falissem não sem antes serem vendidas e revendidas na bolsa de valores. Esta política entra na história como o período do encilhamento.²³

A evolução econômica parecia atestar a qualidade da política monetária, segundo Faoro (1957, p. 575): “Dos 636 estabelecimentos, 398 foram fundados no período 1880 a 1899, com particular expressão a partir de 1885.” Em 1899 mais da metade da atividade industrial estava concentrada na Capital Federal Fluminense e no Estado do Rio, esta preponderância persistiu até 1907, no entanto a partir de 1910 São Paulo assumiu a liderança.²⁴

Assim, a concepção das pessoas no poder era a de se acelerar o progresso econômico através da emissão desenfreada de moeda recuperaria o tempo perdido, segundo Faoro (1957, p. 581):

“A república seria estável, progressista, atraente com aceleração do quadro industrial, abandonando o agrarismo exclusivo do Império, embora sobre a base, não percebida plenamente, do que de mais característica teve a monarquia, o vínculo entre o estado e o dinheiro.”

No entanto, os estadistas do processo liberal alteram o processo de distribuição econômica com a política monetária e criaram uma nova classe poderosa, a dos financistas. Mas as chefias do estamento burocrático não haviam perdido a capacidade de se apropriarem das

²¹ Faoro (1957, p. 520).

²² Idem (p. 569).

²³ Veja maiores detalhes em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=357>, acesso 28/07/2011.

²⁴ Idem (p. 575).

benesses da política monetária. Uma nova figura emerge no mercado das concessões, a do especulador. Segundo Faoro (1957, p. 584):

“O estadista atua, realiza seus planos pelas mãos do homem de negócios, do especulador – esta será a réplica visível da delegação das funções públicas, do controle, para fomentar e modernizar a economia. Ouro Preto ocupa o palco por meio do Visconde de Figueiredo, seu banqueiro e empresário de confiança. Rui Barbosa serve-se dos préstimos do conselheiro Francisco de Paulo Mayrink, espécie de presidente de um sindicato financeiro, que se apropria das concessões e privilégios públicos. Será ele o comandante da unidade emissora, resultante da fusão do Banco dos Estados Unidos do Brasil com o Banco Nacional do Brasil, da qual sairá o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, a qual em 1892, gerará, por outra amálgama o Banco da República do Brasil”

O resultado econômico do encilhamento (política monetária desenfreada) foi a inflação que atinge 50% no ano e gera greves por salários, algo novo na economia. A resposta foi a alteração no poder com o chamado “Golpe da Bolsa” que dissolve o congresso em 1891, cujo objetivo era restabelecer a autoridade monetária única e eliminar a orgia na emissão de papel moeda.²⁵

Portanto, a qualidade das instituições econômicas eram ruins e sofriam mudanças sempre que alteravam o processo de distribuição na economia e que refletia nos poderes *de facto* e *de juri*. A disputa pelo poder e a crise da cafeicultura, que levou a redução drástica na renda de um grupo poderoso de famílias levou a ruptura definitiva no poder em 1930.²⁶ A revolução de 1930 encerra o período da república velha e emerge uma nova ordem institucional através da constituição de 1934.

Nesta nova ordem emergem um poder novo, o militar. Segundo Faoro (1957, p. 789):

“O orçamento militar expande-se na participação de 30,4% em 1938, contra 19,4% em 1931, denunciando a reorganização das Forças Armadas, quase esfaceladas após profundo dissídio de 1930.

....

O papel de predomínio da União atua, desta forma, como fator mais importante de integração nacional, no comando da economia controlada – e da burocracia em expansão, capaz de abrigar largas fontes de emprego à classe média. “

O período a partir de 1930 em nada se alterou a forma de governo, o estamento burocrático continuou sendo a forma de governar, mas com uma alteração a de que o *poder de facto* passou para os militares. No entanto, o estamento burocrático estava implantado e arraigado no comando da economia do Brasil. O aumento no orçamento militar facilitava o

²⁵ Id. lb. (p.585).

²⁶ Veja detalhes em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=872>, acesso em 28/07/2011.

controle pelo estamento. A escritora Sabrina E. Medeiros (2007) coloca de forma precisa como se dava esta relação na visão do autor Faoro. Segundo a autora, haveria laços estreitos entre a esfera pública (a burocracia) e a privada. O estamento usava de seus poderes para em conjunto com a iniciativa privada comandar a economia. A visão de Faoro (1957, p. 253) é ainda mais direta:

“O Intervencionismo não é abominado pelos empresários, senão que é desejado, pois, à sombra das tarifas alfandegárias, das dificuldades de importação, dos ágios e prêmios, crescem e proliferam indústrias alimentadas dos altos preços e lucros rápidos. Para sustentar essas indústrias sem horizontes e esse comércio especulativo, as emissões – de estímulo ao comércio e à indústria – favorecem o incremento de uma economia especuladora, comercial, ligada aos favores do governo. É a classe lucrativa que se reexpande, no consórcio clássico com o estamento burocrático, que se fortifica com o controle da economia” (FAORO, 1958, p. 253).

Segundo o autor Sérgio Buarque de Holanda em seu livro “Raízes do Brasil”, os poderes *de facto* e *de juri* e o conflito distributivo não são exclusivo da história do Brasil:

“As constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias são fenômeno corrente em toda a história da América do Sul. É em vão que os políticos imaginam interessar-se mais pelos princípios do que pelos homens: seus próprios atos representam o desmentido flagrante dessa pretensão” (HOLANDA, 1987, p. 137).

A tese de Raymundo Faoro também foi comparada com a de Celso Furtado por Arend (2008, p.678), o autor concluiu que:

“Ambos atestam que “são classes dirigentes” que ao promoverem processos de modernização acarretam a estratificação social característica da trajetória capitalista do Brasil. Também para os dois autores, as modernizações, vindas de cima, acabam por adaptar técnicas, padrões de consumo e uma cultura estranha à verdadeira identidade nacional, fazendo com que o país não apresente uma estratégia local, particular, de desenvolvimento econômico.”

O que se depreende do livro de Raymundo Faoro é que este “estamento burocrático” que dominou a economia portuguesa no período pré- descobrimento das Américas se tornou na principal instituição dominante no Brasil. Apesar de parecer ser uma instituição estável, esta não atende princípios que estabelecem estabilidade econômica e social através de melhor distribuição dos ganhos e equilíbrio entre os poderes *de facto* e *de juri*. Em suma, esta forma de administração não demonstrou ao longo da história ser capaz de gerar instituições econômicas, políticas e sociais estáveis.

Conclusão

Após a revolução de Avis em 1385 uma nova forma de administração do estado passou a existir. O controle da economia através de normas, decretos, concessões exigiu a criação cada vez em número maior de órgãos e cargos para o controle da burocracia. Os cargos nestes órgãos foram usados amplamente como moeda de obtenção de apoio político para os poderes. Os encarregados destes cargos descobriram na burocracia a forma de privatizar bens públicos através de concessões especiais que burlassem as leis ou as interpretasse de maneira especial em favor dos interessados, ou ainda leis especiais que concediam monopólios especiais a pessoas ou empresas. A mistura do interesse pessoal daqueles que estão no cargo com os dos agentes econômicos é transparente na história do Brasil, ou seja, a história demonstra um país governado pelo estamento burocrático.

A teoria do estamento burocrático é uma teoria de conflito social, equivalente a proposta mais recentemente por North (1981). Esta é também uma teoria de instituição incidental e tem como resultado principal o fato de os interesses estamentais formarem uma instituição com poderes *de facto*. A principal consequência deste tipo de instituição é controle do processo de distribuição dos ganhos econômicos. Esta capacidade de controlar a distribuição dos ganhos econômicos acabam afetando os poderes *de juri* gerando instabilidade nos poderes gerando instabilidades institucionais históricas. Além disso, o estamento burocrático controla o processo de acumulação de capital humano evitando um amplo acesso da comunidade à educação e/ou educação voltada para mais para o estamento do que para o mercado. Portanto, o aperfeiçoamento do aparelho estamental leva ao controle de poderes, processos distributivos e de formação de capital humano. Como resultado final, o domínio de instituições de baixa qualidade sobre a dos insumos produtivos na história da economia parece prevalecer ainda no Brasil.

Em suma, a forma de governar a economia através do controle burocrático estamental nunca produziu instituições estáveis na história do Brasil. A razão é simples as instituições do governo são criadas não com o propósito de tornar a economia e a administração pública mais eficiente, mas para exclusivamente acomodar apoio ao poder estamental. A questão atual é a seguinte: Ainda governamos o Brasil com uso de cargos para atender interesses do governo? As pessoas em cargos o usam em proveito próprio, privatizam os interesses públicos?

3.0 Referências Bibliográficas

- Acemoglu, D.; Johnson, S.; Robinson, J. A.; Yared, P. From Education to Democracy? *The American Economic Review: Papers and Proceedings*, v.95, n.2, 2005.
- Arend, M. Atraso Via Modernização Cultural: Uma Leitura Evolucionista das Obras de Raymundo Faoro e de Celso Furtado. *Economia* 9, 651-681, 2008.
- Coase, R.H. The problem of social cost. *Journal of Law and Economics* 3, 1960.
- Comparato, F. K. Raymundo Faoro Historiador. *Estudos Avançados*, v.17, n.48, 2003.
- Brenner, R. The Civil War politics of Londons merchant community. *Past and Present* 58, 1973.
- Brenner, R. Agrarian class structure and economic development in Preindustrial Europe. *Past and Present* 70, 1976.
- Brenner, R. Agrarian roots of European capitalism. *Past and Present* 97, 1982.
- Djankov, S., La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A. The regulation of entry. *Quarterly Journal of Economics* 117, 1-37, 2002.
- Djankov, S., La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A. Courts. *Quarterly Journal of Economics* 118, 453-517, 2003.
- Faoro, R. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Editora Globo, 1957.
- Faoro, R. A Aventura Liberal numa Ordem Patrimonialista. *Revista USP*, n.17, pp:14-29, 1993.
- Glaeser, E.L., Shleifer, A. Legal origins. *Quarterly Journal of Economics* 117, 1193-1230, 2002.
- Glaeser, E. L.; La Porta, R.; Lopez-de-Silanes, F.; Shleifer, A. Do Institutions Cause Growth? *Journal of Economic Growth* 9, 2004.
- Holanda, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Olympio, 19ª. Edição, 1987.
- Horowitz, A. W. Ranking Rates of Return to Education: Legitimacy and an Explicit Diagnostic. *Journal of Policy Modeling* 21, 781-797, 1999.
- La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A., Vishny, R. Law and finance. *Journal of Political Economy* 106, 11 13-1155, 1998.
- La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A., Vishny, R. The quality of government. *Journal of Law, Economics and Organization* 15,222-279, 1999.
- Medeiros, S. E. Resenha do texto: Os Donos do Poder. Rio de Janeiro: *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, ano 2, n. 24, 2007.
- Moore, B. Jr. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Beacon Press, Boston, 1966.
- North, D.C., Thomas, R.P. *The Rise of the Western World: A New Economic History*. Cambridge University Press, Cambridge, UK, 1973.
- Psacharopoulos, G.; Patrinos, H. Returns to investment in education: a further update. *Education Economics* 12, 111-134, 2004.
- Schwartzman, S. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 3ª Edição, 1987.
- Schwartzman, S. Atualidade de Raymundo Faoro. *Dados*, v. 46, n.02, 2003.

Smith, A. (1776). *A Riqueza das Nações*. Volumes I e II, Os Economistas, Editora Victor Civita, 1983.

Transparency International. *Annual Report 2009: Corruption Perceptions Index*, 2009.